

27 de julho de 2017

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2017

Rendibilidade e eficiência

Melhoria suportada no resultado *core**

Qualidade dos ativos

Redução de NPEs à frente do plano e reforço significativo das coberturas

Evolução do negócio

Evolução favorável mantendo a qualidade do balanço

Capital

Posição adequada

- Resultado líquido de 89,9 milhões de euros (-197,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2016), beneficiando da expansão contínua do resultado *core**
- Resultado *core** aumenta para 558,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2017** face aos 437,1 milhões de euros no primeiro semestre do ano anterior, com uma importante expansão da margem financeira.
- Um dos bancos mais eficientes da zona euro, com um rácio *cost to core income**, excluindo itens específicos***, de 47,0%. *Cost to income*, excluindo itens específicos***, de 45,2%.
- Redução muito significativa dos NPEs e dos NPL>90d (-721 milhões de euros e -471 milhões de euros, respetivamente) no primeiro semestre de 2017 em Portugal, com um aumento da cobertura total****, incluindo garantias, para 105%.
- NPEs em Portugal descem para 7,8 mil milhões de euros em 30 de junho de 2017, com ritmo muito elevado de redução desde 2013: média de 1,4 mil milhões de euros por ano, atingindo mais de 70% do objetivo de redução anual (< 7,5 mil milhões de euros no final de 2017).
- Descida dos NPLs>90 dias para 4,6 mil milhões de euros em 30 de junho de 2017, com redução significativa das entradas líquidas para 37 milhões de euros no primeiro semestre de 2017.
- Estabilização da carteira de crédito não-NPE em Portugal no primeiro semestre de 2017. Alteração estrutural da carteira de crédito a empresas nos últimos anos, com crescimento do peso das indústrias exportadoras, por contrapartida da descida dos pesos da construção e atividades imobiliárias e das SGPS não financeiras.
- Rácio de crédito líquido em percentagem dos recursos totais de balanço de clientes fixa-se em 92%, comparando com 97% em junho de 2016.
- Diminuição do financiamento líquido do BCE para 3,6 mil milhões de euros, face a 4,9 mil milhões de euros em 30 de junho de 2016.
- Reforço do rácio CET1 *fully implemented* para um valor estimado de 11,3% em 30 de junho de 2017, face a 9,7% em 30 de junho de 2016. Rácio CET1 *phased-in* atinge um valor estimado de 13,0% e 12,3% nas mesmas datas.

* Resultado *core* = *core income* - custos operacionais; *Core income* = margem financeira + comissões. ** 534,9 milhões de euros excluindo o efeito positivo dos itens específicos. *** Itens específicos em 2017: impacto positivo de 23,7 milhões de euros em custos com pessoal que inclui proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação; em 2016: 1,2 milhões de euros de custos de reestruturação. **** Por imparidades (balanço), *expected loss gap* e colaterais.

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 jun.17	30 jun.16	Var. 17 / 16
Balanco			
Ativo total	73.024	73.068	-0,1%
Crédito a clientes (bruto)	51.684	52.930	-2,4%
Recursos totais de clientes	66.070	62.823	5,2%
Recursos totais de balanço de clientes	52.228	50.500	3,4%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.636	48.762	3,8%
Crédito total, líq. / Recursos de clientes e outros empréstimos ⁽¹⁾	95%	102%	
Crédito total, líq. / Recursos totais de balanço de clientes	92%	97%	
Resultados			
Resultado líquido	89,9	(197,3)	145,6%
Margem financeira	678,5	600,8	12,9%
Produto bancário	1.048,8	1.059,4	-1,0%
Custos operacionais	450,2	484,1	-7,0%
Custos operacionais recorrentes ⁽²⁾	473,9	482,8	-1,8%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	305,0	618,7	-50,7%
Outras imparidades e provisões	110,3	198,0	-44,3%
Impostos sobre lucros			
Correntes	54,5	56,4	
Diferidos	(11,1)	(134,7)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	2,9%	2,8%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽³⁾	0,4%	-0,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio ⁽¹⁾	0,5%	-0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,3%	-8,8%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios ⁽¹⁾	5,8%	-7,2%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽¹⁾	8,1%	9,7%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	1,2%	2,8%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽¹⁾	10,1%	11,9%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	3,4%	5,2%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	110,1%	93,9%	
Rácios de eficiência ^{(1) (2)}			
Custos operacionais / Produto bancário	45,2%	45,6%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	45,9%	47,5%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	25,3%	25,7%	
Capital ⁽⁴⁾			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	13,0%	12,3%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,3%	9,7%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	596	646	-7,7%
Atividade internacional	540	563	-4,1%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	7.303	7.402	-1,3%
Atividade internacional	8.506	8.496	0,1%

(1) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente. Dada a classificação do Banco Millennium Angola como operação em descontinuação entre março e maio de 2016, os saldos do balanço consolidado incluem os valores do Banco Millennium Angola até ao desreconhecimento determinado pela conclusão da operação de fusão com o Banco Privado Atlântico, em maio de 2016, enquanto o respetivo contributo para o resultado consolidado está refletido nas rubricas de resultados em operações descontinuadas ou em descontinuação e de Interesses que não controlam durante todo aquele período, não influenciando assim as restantes rubricas da demonstração de resultados consolidada.

(2) Exclui itens específicos: proveito de 23,7 milhões de euros em custos com pessoal que inclui proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação em 2017 e 1,2 milhões de euros de custos de reestruturação em 2016.

(3) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(4) Os valores de junho de 2017 e junho de 2016 incluem os resultados líquidos acumulados dos respetivos períodos. Os valores de junho de 2017 são estimados.

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

No âmbito do processo de fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, o Banco Millennium Angola foi considerado como operação em descontinuação em março de 2016, com o impacto dos seus resultados apresentado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação". Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola, S.A. continuaram a ser consolidados pelo método integral até abril de 2016.

Após a concretização da fusão, em maio de 2016, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola foram desreconhecidos no balanço consolidado, tendo o investimento de 22,5% no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão, sido registado pelo método da equivalência patrimonial, e o seu contributo para os resultados do Grupo sido relevado nas contas consolidadas a partir do mês de maio de 2016.

RESULTADOS

O **resultado core** do Millennium bcp ascendeu a 558,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, aumentando 27,8% face aos 437,1 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior, devido não só ao crescimento de 12,9% da margem financeira e de 3,1% das comissões líquidas como também à redução de 7,0% dos custos operacionais. Excluindo itens específicos (um proveito de 23,7 milhões de euros em 2017, englobando proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação, e custos de reestruturação de 1,2 milhões de euros em 2016), o resultado *core* aumentou 22,0% face ao primeiro semestre de 2016 cifrando-se em 534,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2017.

A evolução do resultado *core* beneficiou do desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional, traduzindo-se na melhoria da eficiência operativa, evidenciada na descida do rácio *cost to core income*, excluindo itens específicos, de 52,4% nos primeiros seis meses de 2016 para 47,0% no primeiro semestre de 2017.

O resultado líquido no primeiro semestre de 2017 totalizou 89,9 milhões de euros, comparando muito favoravelmente com os 197,3 milhões de euros negativos relevados no semestre homólogo do ano anterior.

Esta evolução foi determinada pelo desempenho da atividade em Portugal, cujo resultado líquido aumentou 306,7 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2016, para 1,6 milhões de euros, induzido fundamentalmente pelos efeitos de crescimento do resultado *core* e de uma expressiva diminuição das imparidades e provisões, líquidos de efeitos fiscais. O impacto positivo, líquido de imposto, devido aos itens específicos anteriormente referidos de 2017 ascendeu a 16,7 milhões de euros, comparando com 20,9 milhões de euros da mais-valia apurada no âmbito da aquisição da Visa Europe pela Visa Inc no período homólogo de 2016.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 87,1 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano, face a 99,4 milhões de euros alcançados no primeiro semestre do ano anterior, refletindo os menores contributos das operações em Angola e sobretudo na Polónia, neste caso devido quer à mais-valia registada no primeiro semestre de 2016 com a aquisição da Visa Europe pela Visa Inc (26,2 milhões de euros), quer ao efeito penalizador das contribuições obrigatórias, nomeadamente do reconhecimento do total do custo anual com a contribuição para o Fundo de Resolução em março de 2017, que havia sido periodificado em 2016, e do novo imposto sobre a banca polaca que teve início em fevereiro de 2016.

A **margem financeira** aumentou 12,9% no primeiro semestre de 2017 alcançando 678,5 milhões de euros face aos 600,8 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, beneficiando do contributo quer da atividade internacional, quer da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, a margem financeira atingiu 390,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2017 evidenciando um aumento de 9,0% face ao primeiro semestre do ano anterior, traduzindo essencialmente a diminuição do custo de *funding*, justificado em grande medida pelos impactos positivos do reembolso dos CoCos e da redução continuada das taxas de juro dos depósitos a prazo, não obstante a diminuição do rendimento das carteiras de crédito e de títulos.

Na atividade internacional, a margem financeira excluindo efeitos cambiais cresceu 23,0% no primeiro semestre de 2017, comparando com o mesmo período do ano anterior, refletindo o desempenho positivo de todas as subsidiárias, merecendo particular destaque a evolução das subsidiárias em Moçambique e na Polónia.

A taxa de margem financeira situou-se em 2,18% no primeiro semestre de 2017, que compara com 1,86% no semestre homólogo do ano anterior. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,20% no primeiro semestre de 2017 e em 1,96% no período homólogo de 2016.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 jun. 17		30 jun. 16	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	2.816	0,95	3.194	0,56
Ativos financeiros	10.698	2,30	10.479	2,09
Créditos a clientes	48.285	3,33	50.141	3,26
Ativos geradores de juros	61.799	3,04	63.814	2,93
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		1.471	
Ativos não geradores de juros	10.554		9.920	
	72.353		75.205	
Depósitos de instituições de crédito	9.426	0,22	10.513	0,36
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.086	0,68	49.124	0,76
Dívida emitida	3.221	3,12	4.460	3,28
Passivos subordinados	992	6,96	1.654	7,40
Passivos geradores de juros	63.725	0,83	65.751	1,04
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		1.375	
Passivos não geradores de juros	2.203		2.511	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	6.425		5.568	
	72.353		75.205	
Taxa de margem financeira		2,18		1,86
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		2,20		1,96

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2017 e de 2016, à respetiva rubrica de balanço.
(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola (em 2016) e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** ascenderam a 330,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, comparando com 320,3 milhões de euros alcançados no semestre homólogo do ano anterior, tendo beneficiado do desempenho da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária na Polónia, mitigado pelo contributo da atividade em Portugal que reflete o registo pontual de um valor mais elevado em outras comissões bancárias no primeiro trimestre de 2016.

A evolução das comissões líquidas reflete essencialmente o aumento das comissões relacionadas com os mercados financeiros que cresceram 12,5% face ao primeiro semestre de 2016.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 89,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2017, face aos 182,8 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2016, refletindo o registo da mais-valia de 91,0 milhões de euros decorrente da aquisição, pela Visa Inc, das participações detidas pelo Banco em Portugal e pelo Bank Millennium na Polónia na Visa Europe, no segundo trimestre de 2016.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 86,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, comparando com 88,1 milhões de euros também negativos contabilizados no semestre homólogo do ano anterior. Esta rubrica incorpora os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, quer em Portugal quer na atividade internacional, que são reconhecidos em grande parte no segundo trimestre do ano.

A evolução favorável dos outros proveitos de exploração líquidos foi determinada pelo desempenho da atividade em Portugal, tendo o contributo da atividade internacional permanecido em linha com o primeiro semestre de 2016 (tendo no entanto crescido 3,9% excluindo os efeitos cambiais).

O contributo da atividade internacional foi condicionado quer pela contabilização, no primeiro semestre de 2017, do custo anual estimado com o Fundo de Resolução da Polónia, que em 2016 foi periodificado, quer pelo facto do novo imposto sobre a banca polaca ter tido início apenas em fevereiro de 2016.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e os **resultados por equivalência patrimonial**, totalizaram, em conjunto, 36,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, o que compara com 43,5 milhões de euros alcançados no período homólogo de 2016, condicionados pelo impacto positivo nos resultados da UNICRE da transação da sua participação na Visa Europe ocorrida no primeiro semestre de 2016, não obstante o aumento, no primeiro semestre de 2017, da apropriação de resultados da participação detida no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, que teve lugar desde maio de 2016.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	Milhões de euros		
	30 jun. 17	30 jun. 16	Var. 17/16
Comissões líquidas	330,3	320,3	3,1%
Comissões bancárias	265,9	263,1	1,1%
Cartões e transferências de valores	75,2	71,1	5,8%
Crédito e garantias	78,5	79,9	-1,7%
<i>Bancassurance</i>	47,5	43,6	8,9%
Contas	46,5	45,4	2,3%
Outras comissões	18,2	23,1	-21,1%
Comissões relacionadas com mercados	64,4	57,3	12,5%
Operações sobre títulos	43,8	38,9	12,6%
Gestão de ativos	20,6	18,3	12,5%
Resultados em operações financeiras	89,9	182,8	-50,8%
Outros proveitos de exploração líquidos	(86,6)	(88,1)	1,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	1,6	5,8	-72,3%
Resultados por equivalência patrimonial	35,1	37,7	-6,9%
Total de outros proveitos líquidos	370,3	458,6	-19,3%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	35,3%	43,3%	

Os **custos operacionais**, excluindo o efeito dos itens específicos (um proveito de 23,7 milhões de euros em 2017, englobando proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação, e custos de reestruturação de 1,2 milhões de euros em 2016), totalizaram 473,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, diminuindo 1,8% face aos 482,8 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior devido ao contributo da atividade em Portugal, que repercute as medidas de obtenção de poupanças que têm vindo a ser implementadas.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais excluindo o efeito dos itens específicos acima mencionados evidenciaram uma redução de 4,5% face ao primeiro semestre de 2016, justificada fundamentalmente pelo impacto da diminuição do número de colaboradores nos custos com pessoal, mas também pelas poupanças obtidas nos outros gastos administrativos, cifrando-se em 294,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2017.

Na atividade internacional, os custos operacionais no primeiro semestre de 2017 aumentaram 2,8% face ao montante contabilizado nos primeiros seis meses de 2016 essencialmente influenciados pela evolução da subsidiária na Polónia. Excluindo os efeitos cambiais, os custos operacionais teriam aumentado 5,5%, induzidos maioritariamente pelo desempenho da subsidiária em Moçambique.

Os **custos com o pessoal**, excluindo o impacto dos itens específicos acima referidos, cifraram-se em 265,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, evidenciando uma redução de 2,7% face aos 272,5 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior, beneficiando do impacto provocado pela diminuição de 99 colaboradores na atividade em Portugal face a 30 de junho de 2016, enquanto na atividade internacional sofreram um aumento de 6,5%, excluindo os efeitos cambiais, determinado pelas operações desenvolvidas na Polónia e em Moçambique.

Os **outros gastos administrativos** cifraram-se em 182,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, apresentando uma redução de 1,2% face aos 184,9 milhões de euros registados no semestre homólogo de 2016, refletindo o desempenho da atividade em Portugal, nomeadamente o redimensionamento da rede de sucursais, no âmbito das medidas de racionalização e contenção de custos que têm vindo a ser implementadas, e que se traduziu numa diminuição de 50 sucursais desde o final de junho de 2016 para 596 sucursais em 30 de junho de 2017.

Na atividade internacional, excluindo efeitos cambiais, assistiu-se a um aumento de 5,8% nos outros gastos administrativos, induzido pela atividade em Moçambique.

As **amortizações do exercício** totalizaram 26,1 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2017, comparando com 25,5 milhões de euros registados no período homólogo de 2016 devido à evolução da atividade em Portugal, nomeadamente ao maior nível de amortizações associadas a equipamento informático e *software*. Na atividade internacional, excluindo efeitos cambiais, as amortizações diminuíram 4,4% em relação aos valores registados no primeiro semestre de 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS	Milhões de euros		
	30 jun. 17	30 jun. 16	Var. 17/16
Custos com o pessoal	265,2	272,5	-2,7%
Outros gastos administrativos	182,6	184,9	-1,2%
Amortizações do exercício	26,1	25,5	2,5%
Subtotal ⁽¹⁾	473,9	482,8	-1,8%
Itens específicos			
Custos de reestruturação e revisão/negociação do ACT	(23,7)	1,2	
Custos operacionais	450,2	484,1	-7,0%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	294,8	308,6	-4,5%
Atividade internacional	179,1	174,3	2,8%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos apresentados na tabela.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** diminuiu 50,7% face aos 618,7 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2016, e cifrou-se em 305,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, refletindo uma tendência no sentido da normalização do custo do risco na atividade em Portugal que favoreceu a melhoria do custo do risco do grupo, de 234 pontos base no primeiro semestre de 2016 para 118 pontos base em igual período de 2017.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 110,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, diminuindo 44,3% face aos 198,0 milhões de euros registados no semestre homólogo do ano anterior, traduzindo essencialmente o menor nível de provisionamento relacionado com fundos de reestruturação empresarial e instrumentos de dívida, não obstante o reforço da imparidade dos outros ativos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 43,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2017, comparando com -78,3 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 54,5 milhões de euros (gasto de 56,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2016), líquido do rédito por impostos diferidos de 11,1 milhões de euros (rédito de 134,7 milhões de euros nos seis primeiros meses de 2016).

BALANÇO

O **ativo total** situou-se em 73.024 milhões de euros em 30 de junho de 2017, comparando com 73.068 milhões de euros em 30 de junho de 2016, refletindo essencialmente a redução verificada na carteira de crédito a clientes e também a diminuição das disponibilidades em Bancos Centrais e das aplicações em instituições de crédito, parcialmente compensadas pelo aumento dos ativos financeiros disponíveis para venda, dos ativos por impostos diferidos e dos outros ativos.

O **crédito a clientes** (bruto) cifrou-se em 51.684 milhões de euros em 30 de junho de 2017, face aos 52.930 milhões de euros relevados em 30 de junho de 2016, condicionado pela diminuição na atividade em Portugal, não obstante o aumento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o crédito diminuiu 4,9%, comparativamente a 30 de junho de 2016, devido ao desempenho do crédito a empresas (-6,5%) e à habitação (-4,6%), não obstante o aumento evidenciado pelo crédito ao consumo (5,5%). Estas evoluções refletem o propósito de reduzir os NPEs, não descurando o desenvolvimento de iniciativas de apoio ao financiamento das empresas e das famílias; neste sentido, é de assinalar a estabilização da carteira de crédito *performing* no primeiro semestre de 2017, refletindo crescimentos relevantes da produção de crédito a particulares e a empresas.

A evolução do crédito a empresas foi também acompanhada de uma evolução estrutural no sentido de reduzir o peso das atividades de construção e imobiliárias e SGPS não financeiras por contrapartida das indústrias exportadoras.

Na atividade internacional, o crédito a clientes aumentou 6,3% face a 30 de junho de 2016, refletindo essencialmente o crescimento do crédito a empresas nas operações na Polónia e em Moçambique. Excluindo os efeitos cambiais o crédito a clientes teria aumentado 1,2%.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre o final de junho de 2016 e de junho de 2017, com o crédito a empresas a representar 46% do crédito total concedido em 30 de junho de 2017.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total evoluiu favoravelmente de 7,5% em 30 de junho de 2016 para 6,4% em 30 de junho de 2017, tendo o correspondente rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades aumentado de 93,9% em 30 de junho de 2016 para 110,1% em igual data de 2017.

O rácio do crédito em risco no crédito total fixou-se em 10,1% em 30 de junho de 2017, comparando favoravelmente com 11,9% em igual data do ano anterior. Em 30 de junho de 2017, o rácio do crédito reestruturado ascendeu a 9,6% do crédito total, que compara com 10,0% registados em 30 de junho de 2016 e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco cifrou-se em 5,5% do crédito total face a 5,4% no período homólogo de 2016.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 jun. 17	30 jun. 16	Var. 17/16
Particulares	27.912	28.413	-1,8%
Hipotecário	23.678	24.494	-3,3%
Consumo e outros	4.233	3.918	8,0%
Empresas	23.773	24.518	-3,0%
Serviços	8.833	9.686	-8,8%
Comércio	3.295	3.132	5,2%
Construção	2.779	3.166	-12,2%
Outros	8.865	8.534	3,9%
Total	51.684	52.930	-2,4%
do qual:			
Atividade em Portugal	38.709	40.719	-4,9%
Atividade internacional	12.975	12.211	6,3%

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2017

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	686	716	2,5%	104,4%
Hipotecário	256	324	1,1%	126,6%
Consumo e outros	430	392	10,2%	91,2%
Empresas	2.602	2.902	10,9%	111,5%
Serviços	965	1.564	10,9%	162,1%
Comércio	226	198	6,9%	87,5%
Construção	823	647	29,6%	78,6%
Outros	587	493	6,6%	84,0%
Total	3.288	3.618	6,4%	110,1%

Os **recursos totais de clientes** ascenderam a 66.070 milhões de euros em 30 de junho de 2017 evidenciando um aumento de 5,2% face aos 62.823 milhões de euros registados em 30 de junho de 2016, suportado nos desempenhos quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Os recursos totais de clientes na atividade em Portugal atingiram os 48.645 milhões de euros em 30 de junho de 2017, aumentando 3,0% face aos 47.213 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2016, beneficiando do acréscimo tanto nos recursos fora de balanço, que aumentaram 1.272 milhões de euros, como nos recursos de balanço, dos quais se salienta a evolução dos recursos de clientes e outros empréstimos, que cresceram 312 milhões de euros face a 30 de junho de 2016.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes, alcançaram os 17.425 milhões de euros em 30 de junho de 2017, representando uma subida de 11,6% face aos 15.610 milhões de euros registados em 30 de junho de 2016, merecendo especial destaque o desempenho da Polónia, nomeadamente no que respeita aos

recursos de clientes e outros empréstimos. Excluindo efeitos cambiais, os recursos totais de clientes da atividade internacional cresceram 6,5%.

Em 30 de junho de 2017, os recursos totais de balanço de clientes representavam 79% dos recursos totais de clientes, com os recursos de clientes e outros empréstimos a representarem 77% dos recursos totais de clientes.

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, evoluiu favoravelmente de 102% em 30 de junho de 2016 para 95% em 30 de junho de 2017, beneficiando da redução do *gap* comercial em 3,0 mil milhões de euros. O mesmo indicador, considerando os recursos totais de balanço de clientes, cifrou-se em 92% (97% em 30 de junho de 2016).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 jun. 17	30 jun. 16	Var. 17/16
Recursos totais de balanço de clientes	52.228	50.500	3,4%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.636	48.762	3,8%
Débitos para com clientes titulados	1.592	1.738	-8,4%
Recursos fora de balanço de clientes	13.842	12.323	12,3%
Ativos sob gestão	4.461	3.847	16,0%
Produtos de capitalização	9.382	8.476	10,7%
Total	66.070	62.823	5,2%

A **carteira de títulos** ascendeu a 13.967 milhões de euros em 30 de junho de 2017, comparando com 12.832 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, refletindo essencialmente a evolução da carteira da subsidiária na Polónia e representando 19,1% do ativo total (17,6% observados em 30 de junho de 2016).

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No primeiro semestre de 2017 verificou-se uma redução de 1,3 mil milhões de euros das necessidades de financiamento *wholesale* em termos consolidados, para a qual contribuíram o aumento de capital (1,3 mil milhões de euros) e a redução do *gap* comercial em Portugal (-1,3 mil milhões de euros), cujos efeitos foram parcialmente contrabalançados pelo aumento líquido das carteiras de dívida pública e corporate em cerca de 1,4 mil milhões de euros.

A redução das necessidades de liquidez foi acompanhada pela alteração da estrutura de financiamento, através do reembolso da parcela remanescente dos Cocos (0,7 mil milhões de euros), da amortização de MTN (0,3 mil milhões de euros, para saldo nulo), do aumento do recurso a repos em Portugal (0,8 mil milhões de euros, para saldo de 3,1 mil milhões de euros) e da redução das tomadas colateralizadas junto do BCE (0,9 mil milhões de euros, para os 4,0 mil milhões de euros, correspondentes ao saldo das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, denominadas TLTRO). De sublinhar que a emissão remanescente de obrigações hipotecárias colocada em mercado, amortizada em junho, foi refinanciada por uma nova emissão de 1,0 mil milhões de euros no mesmo instrumento, com maturidade a 5 anos, assinalando o retorno do Banco aos mercados de dívida de médio-longo prazo cerca de três anos depois da colocação em mercado de uma emissão de MTN, amortizada em fevereiro deste ano.

Em termos líquidos, as necessidades de financiamento junto do BCE reduziram-se em 0,8 mil milhões de euros desde dezembro 2016, para 3,6 mil milhões de euros.

O acentuado decréscimo no financiamento líquido junto do Eurosistema permitiu um reforço do *buffer* de liquidez junto do BCE em 0,7 mil milhões de euros face a dezembro de 2016, para um total de 8,4 mil milhões de euros. Considerando proforma no *buffer* de liquidez o colateral em excesso afeto ao programa de obrigações hipotecárias (que, sob a forma de emissão própria visando o reforço da carteira de colateral elegível junto do BCE, representaria o reforço respetivo num montante nunca inferior a mil milhões de euros após *haircuts*, assumindo como pressuposto avaliações do BCE em linha com as verificadas para as restantes emissões retidas), bem como a carteira de *Treasury Bills* (0,6 mil milhões de dólares americanos), o valor da margem de segurança ascenderia a 9,9 mil milhões de euros, mais 0,8 mil milhões de euros que o valor comparável de dezembro de 2016.

CAPITAL

A CRD IV/CRR exige requisitos de fundos próprios de Pilar 1 de 4,5%, 6% e 8% para CET1, *Tier 1* e fundos próprios totais, respetivamente. No entanto, no âmbito do SREP, o Banco Central Europeu notificou o BCP sobre a necessidade do cumprimento de rácios de capital *phased-in*, durante o ano de 2017, de 8,15% (CET1), 9,65% (*Tier 1*) e 11,65% (Total), o que inclui requisitos adicionais de Pilar 2 de 2,4% e de conservação de capital de 1,25%.

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2017 fixou-se em 13,0% *phased-in* e em 11,3% *fully implemented*, refletindo acréscimos de 70 e de 165 pontos básicos, respetivamente, face aos rácios de 12,3% e de 9,7% reportados ao final do período homólogo de 2016.

Este reforço dos níveis de capital foi determinado maioritariamente pela melhoria do CET1, que incorporou os aumentos de capital realizados no quarto trimestre de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, apesar destes terem sido parcialmente aplicados no reembolso do remanescente dos CoCo's, por um lado, e os resultados líquidos positivos gerados e os contributos favoráveis das reservas de justo valor e das reservas cambiais neste período, por outro, não obstante um maior nível de deduções associadas a impostos diferidos ativos e ao *gap* de *expected loss*, para além dos efeitos de *phase-in* que afetaram adicionalmente o rácio calculado nesta base.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR)

Milhões de euros

	30 jun. 17	30 jun. 16	30 jun. 17	30 jun. 16
	<i>PHASED-IN</i>		<i>FULLY IMPLEMENTED</i>	
Fundos próprios				
<i>Common equity tier 1 (CET1)</i>	4.951	4.719	4.273	3.672
<i>Tier 1</i>	4.951	4.719	4.337	3.685
Fundos próprios totais	<u>5.351</u>	<u>5.133</u>	<u>4.679</u>	<u>4.050</u>
Riscos ponderados	38.135	38.415	37.708	37.929
Rácios de solvabilidade				
CET1	13,0%	12,3%	11,3%	9,7%
<i>Tier 1</i>	13,0%	12,3%	11,5%	9,7%
Total	14,0%	13,4%	12,4%	10,7%

Notas:

Os rácios de junho de 2017 são estimados e incluem os resultados líquidos positivos acumulados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

Emissão de obrigações hipotecárias, assinalando o regresso do Millennium bcp ao mercado de capitais de dívida, mais de 7 anos após a última emissão de obrigações hipotecárias realizada e reforço do modelo corporativo do Banco Comercial Português, com o aumento do número de Administradores para 22, 14 dos quais não executivos.

Merecem destaque neste período:

- Emissão de obrigações hipotecárias, ao abrigo do Programa de Covered Bonds, no montante de 1.000 milhões de euros, com um prazo de 5 anos, um preço de emissão de 99,386% e uma taxa de juro de 0,75% ao ano, o que consubstancia um *spread* de 65 pontos base ao ano, sobre a taxa de *swaps* de 5 anos;
- Realização da Assembleia Geral Anual de Acionistas, em 10 de maio de 2017, tendo estado presentes Acionistas detentores de 54,17% do respetivo capital social, destacando-se, entre as deliberações tomadas, a aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2016, a aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2016, a aprovação da declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a designação de dois novos administradores (Lingiang Xu como vogal não executivo do Conselho de Administração do BCP e João Nuno de Oliveira Jorge Palma como vogal executivo do Conselho de Administração do BCP) e a eleição da composição da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2017/2019;
- Deliberação do Conselho de Administração, datada de 28 de junho de 2017, de cooptação de três novos administradores não executivos: Gu Xiaoxu, Li Cheng e Zhihua Shen, aumentando assim o número de Administradores para 22, 14 dos quais não executivos;
- Atribuição de dois prémios na 6ª edição dos *Euronext Lisbon Awards*: o “*Market member - Most Active Trading House in Certificates*”, atribuído aos membros da Euronext Lisbon com maior volume transacionado em Certificados e o “*Seasoned Equity Offer House*”, atribuído ao intermediário financeiro com o maior volume de colocação de ações cotadas, neste caso pela operação de aumento de capital;
- Prémio “*Model Bank 2017*”, atribuído ao Millennium bcp pela consultora norte-americana Celent, pela transformação que tem vindo a realizar em Portugal com as suas sucursais do futuro, um prémio que a organização entrega às entidades financeiras que se distinguem pela inovação e pela qualidade de serviço ao cliente;
- Distinção como Melhor Marca na Banca no âmbito do evento anual da revista *Marketeer*;
- Eleição do ActivoBank, pelo quarto ano consecutivo, como o melhor banco *online* pela *Marktest Reputation Index*;
- “Melhor Banco Private em Portugal” pelo *The Banker*.
- Distinção do Bank Millennium no *ranking* das Empresas Responsáveis 2017, uma lista das grandes empresas polacas avaliadas em termos da sua Responsabilidade Social Corporativa, tendo sido classificado como “*Crystal*” - com maturidade empresarial no que respeita à implementação de atividades de responsabilidade social corporativa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma aceleração da economia mundial em 2017 (3,5%), refletindo a recente melhoria dos indicadores de atividade na generalidade das principais economias. Não obstante, o ritmo de expansão dos países desenvolvidos deverá manter-se moderado, possivelmente devido à redução do seu nível de crescimento potencial. O FMI considera que o seu cenário está sujeito a um conjunto de riscos descendentes, nomeadamente aqueles que decorrem da possibilidade de recrudescimento do protecionismo no comércio internacional.

Apesar da evolução favorável da economia europeia e da estabilização do euro face às principais divisas internacionais, o BCE decidiu não efetuar qualquer alteração ao sentido da política monetária que definiu em março, por considerar que a recuperação da atividade e da inflação ainda carece de confirmação. Nos EUA, o enfraquecimento do perfil de crescimento e a estabilização da inflação não obstaram à continuação do processo de lenta normalização da política monetária da Reserva Federal, que elevou a sua taxa de referência em junho, pela segunda vez este ano, para 1,25%.

A expectativa de crescimento sustentado da economia mundial, a dissipação dos riscos em torno dos países exportadores de matérias-primas e a manutenção de condições monetárias extremamente acomodáticas contribuíram para formar um contexto favorável para os mercados financeiros, que se traduziu na apreciação da generalidade das classes de ativos e na queda dos níveis de volatilidade para patamares mínimos. Na vertente acionista, é de destacar a valorização dos principais índices norte-americanos para máximos históricos. No domínio das taxas de juro, a estabilização do preço do petróleo teve como consequência a mitigação das pressões inflacionistas, o que permitiu a estabilização das *yields* dos títulos de dívida pública dos países de menor risco, como a Alemanha e os EUA, após as fortes subidas registadas na segunda metade de 2016, sobretudo para os prazos mais longos. No que concerne ao mercado monetário interbancário do euro, a manutenção da política de injeção de generosos volumes de liquidez por parte do BCE manteve as taxas Euribor em terreno negativo em todos os prazos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, nos três primeiros meses de 2017, o PIB português cresceu 2,8% em termos homólogos, claramente acima da expansão de 2,0% observada no trimestre anterior. O aumento do ritmo da atividade económica traduziu a forte aceleração do investimento, bem como o aumento material do contributo da procura externa líquida. A evolução favorável destas duas componentes mais do que compensou a significativa perda de vigor do consumo, tanto no setor público, como no privado. Neste contexto de maior dinamismo, o FMI reviu em alta as suas previsões para o crescimento da economia portuguesa para 2017 para 2,5%, valor que excede significativamente o observado no ano transato (1,4%). A melhoria inequívoca das perspetivas de evolução da atividade, bem como a boa execução orçamental e a dissipação dos riscos relativos à condição financeira do sistema bancário, em conjunto com um quadro de maior estabilidade dos mercados financeiros internacionais, determinaram uma valorização do índice acionista nacional em excesso de 10% no primeiro semestre e uma diminuição expressiva dos prémios de risco dos títulos de dívida pública e privada.

No primeiro trimestre de 2017 a economia polaca expandiu-se ao ritmo mais rápido entre os países da União Europeia, com uma taxa de crescimento homóloga de 4,0%. Este desempenho beneficiou essencialmente da aceleração do consumo privado, estimulado pelas taxas de juro reais negativas e pelo forte crescimento do rendimento disponível das famílias. O investimento em construção, em parte cofinanciado por fundos europeus, também contribuiu decisivamente para a expansão da atividade. Não obstante o dinamismo da economia e o recrudescimento da inflação, associado à recuperação dos preços internacionais das matérias-primas, o Banco Nacional da Polónia manteve o nível da taxa diretora em 1,50% e não mostrou qualquer intenção de alteração no futuro próximo. O bom desempenho macroeconómico e a reduzida volatilidade nos mercados financeiros globais favoreceram a apreciação do zloti face às principais divisas internacionais, incluindo o euro e o dólar. A economia moçambicana tem vindo a recuperar da forte desaceleração da atividade registada em 2016, com reflexo na apreciação do metical, na descida da taxa de inflação e no retorno do investimento externo. Neste contexto, o banco central de Moçambique reduziu em abril a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez de 23,25% para 22,75%. Em Angola, a recuperação do preço do petróleo face ao ano anterior tem contribuído para um maior dinamismo económico, apesar da subsistência de fragilidades financeiras, nomeadamente ao nível das reservas internacionais líquidas, que continuam a reduzir-se.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	jun 17	jun 16	Var.	jun 17	jun 16	Var.	jun 17	jun 16	Var.
Demonstração de resultados									
Margem financeira	678,5	600,8	12,9%	390,2	358,1	9,0%	288,3	242,7	18,8%
Rendimento de instrumentos de capital	1,6	5,8	-72,3%	1,1	5,4	-80,4%	0,5	0,4	35,2%
Resultado de serviços e comissões	330,3	320,3	3,1%	225,2	229,5	-1,9%	105,1	90,9	15,7%
Outros proveitos de exploração	(86,6)	(88,1)	1,6%	(52,9)	(54,6)	3,1%	(33,7)	(33,5)	-0,8%
Resultados em operações financeiras	89,9	182,8	-50,8%	59,0	75,9	-22,2%	30,9	107,0	-71,1%
Resultados por equivalência patrimonial	35,1	37,7	-6,9%	19,3	34,8	-44,4%	15,8	3,0	>200%
Produto bancário	1.048,8	1.059,4	-1,0%	641,9	649,0	-1,1%	406,9	410,4	-0,8%
Custos com o pessoal	241,5	273,7	-11,8%	145,1	181,5	-20,0%	96,4	92,2	4,5%
Outros gastos administrativos	182,6	184,9	-1,2%	109,9	114,0	-3,6%	72,7	70,9	2,6%
Amortizações do exercício	26,1	25,5	2,5%	16,1	14,3	12,3%	10,0	11,2	-10,1%
Custos operacionais	450,2	484,1	-7,0%	271,1	309,8	-12,5%	179,1	174,3	2,8%
Custos operacionais recorrentes ⁽¹⁾	473,9	482,8	-1,8%	294,8	308,6	-4,5%	179,1	174,3	2,8%
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões	598,6	575,4	4,0%	370,8	339,2	9,3%	227,8	236,1	-3,5%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	305,0	618,7	-50,7%	257,7	582,6	-55,8%	47,3	36,1	31,1%
Outras imparidades e provisões	110,3	198,0	-44,3%	112,3	190,3	-41,0%	(2,0)	7,6	-126,0%
Resultado antes de impostos	183,3	(241,3)	176,0%	0,8	(433,7)	100,2%	182,5	192,4	-5,1%
Impostos	43,4	(78,3)	155,5%	(0,6)	(127,9)	99,6%	44,0	49,6	-11,2%
Resultado após impostos de operações em continuação	139,9	(163,0)	185,8%	1,3	(305,8)	100,4%	138,5	142,9	-3,0%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	1,3	45,2	-97,2%	-	-	-	-	36,8	-100,0%
Interesses que não controlam	51,2	79,5	-35,6%	(0,2)	(0,7)	68,2%	51,4	80,2	-35,9%
Resultado líquido	89,9	(197,3)	145,6%	1,6	(305,1)	100,5%	87,1	99,4	-12,4%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	73.024	73.068	-0,1%	53.240	54.833	-2,9%	19.784	18.234	8,5%
Recursos totais de clientes	66.070	62.823	5,2%	48.645	47.213	3,0%	17.425	15.610	11,6%
Recursos totais de balanço de clientes	52.228	50.500	3,4%	36.334	36.173	0,4%	15.894	14.327	10,9%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.636	48.762	3,8%	34.843	34.531	0,9%	15.793	14.231	11,0%
Débitos para com clientes titulados	1.592	1.738	-8,4%	1.491	1.641	-9,2%	102	97	5,0%
Recursos fora de balanço de clientes	13.842	12.323	12,3%	12.311	11.040	11,5%	1.531	1.283	19,4%
Ativos sob gestão	4.461	3.847	16,0%	3.372	3.000	12,4%	1.089	846	28,6%
Produtos de capitalização	9.382	8.476	10,7%	8.939	8.040	11,2%	442	436	1,4%
Crédito a clientes (bruto)	51.684	52.930	-2,4%	38.709	40.719	-4,9%	12.975	12.211	6,3%
Particulares	27.912	28.413	-1,8%	19.791	20.493	-3,4%	8.120	7.920	2,5%
Hipotecário	23.678	24.494	-3,3%	17.314	18.145	-4,6%	6.364	6.349	0,2%
Consumo e outros	4.233	3.918	8,0%	2.477	2.348	5,5%	1.757	1.571	11,8%
Empresas	23.773	24.518	-3,0%	18.918	20.226	-6,5%	4.855	4.292	13,1%
Serviços	8.833	9.686	-8,8%	7.830	8.859	-11,6%	1.003	828	21,2%
Comércio	3.295	3.132	5,2%	2.221	2.182	1,8%	1.074	951	13,0%
Construção	2.779	3.166	-12,2%	2.438	2.849	-14,4%	342	316	8,0%
Outros	8.865	8.534	3,9%	6.429	6.336	1,5%	2.436	2.197	10,9%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	3.704	4.130	-10,3%	3.355	3.848	-12,8%	348	283	23,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias	3.288	3.989	-17,6%	2.985	3.749	-20,4%	302	241	25,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,4%	7,5%		7,7%	9,2%		2,3%	2,0%	
Imparidade do crédito (balanço)	3.618	3.744	-3,4%	3.165	3.348	-5,5%	453	396	14,4%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	7,0%	7,1%		8,2%	8,2%		3,5%	3,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	110,1%	93,9%		106,0%	89,3%		149,7%	164,5%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	118	234		133	286		73	59	
Crédito reestruturado / Crédito total ⁽²⁾	9,6%	10,0%							
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	5,5%	5,4%							
Rácio de eficiência ⁽¹⁾	45,2%	45,6%		45,9%	47,5%		44,0%	42,5%	

(1) Exclui itens específicos.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstrações Intercalares Condensadas dos Resultados Consolidados
para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	30 junho 2017	30 junho 2016
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	956.582	965.476
Juros e custos equiparados	(278.083)	(364.672)
Margem financeira	678.499	600.804
Rendimentos de instrumentos de capital	1.605	5.804
Resultado de serviços e comissões	330.324	320.331
Resultados em operações de negociação e de cobertura	58.596	74.564
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	31.308	108.259
Resultados da atividade seguradora	2.713	2.748
Outros proveitos / (custos) de exploração	(85.869)	(86.328)
Total de proveitos operacionais	1.017.176	1.026.182
Custos com o pessoal	241.480	273.686
Outros gastos administrativos	182.609	184.885
Amortizações do exercício	26.119	25.480
Total de custos operacionais	450.208	484.051
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	566.968	542.131
Imparidade do crédito	(304.990)	(618.678)
Imparidade de outros ativos financeiros	(31.926)	(171.996)
Imparidade de outros ativos	(61.267)	(13.971)
Imparidade do goodwill de subsidiárias	(4)	(2.512)
Imparidade do goodwill de associadas	(9.006)	-
Outras provisões	(8.109)	(9.472)
Resultado operacional	151.666	(274.498)
Resultados por equivalência patrimonial	35.104	37.716
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(3.466)	(4.480)
Resultado antes de impostos	183.304	(241.262)
Impostos		
Correntes	(54.548)	(56.447)
Diferidos	11.109	134.748
Resultado após impostos de operações em continuação	139.865	(162.961)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	1.250	45.227
Resultado após impostos	141.115	(117.734)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	89.928	(197.251)
Interesses que não controlam	51.187	79.517
Resultado do período	141.115	(117.734)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,015	(0,329)
Diluído	0,015	(0,329)

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra, ativos financeiros detidos até à maturidade e outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados.

Cobertura de *non-performing loans* por imparidade de balanço - rácio entre as imparidades de balanço e NPL.

Cobertura do crédito a clientes com incumprimento por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes com incumprimento (bruto).

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço e garantias reais e financeiras - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o montante de garantias reais e financeiras associadas, e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura do crédito vencido - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias.

Core income - margem financeira e comissões.

Crédito a clientes com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito a clientes com incumprimento, líquido - crédito a clientes com incumprimento deduzido das imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Crédito a clientes em risco - conceito mais abrangente do que o conceito de NPL, incorporando também créditos reestruturados cujas alterações contratuais relativamente às condições iniciais resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco mais elevada do que anteriormente; os créditos reestruturados que resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco inferior (por exemplo através do reforço do colateral) não estão incluídos no crédito em risco.

Crédito a clientes em risco, líquido - crédito a clientes em risco deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Crédito vencido - Crédito cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Custo do risco, bruto (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes (bruto).

Custo do risco, líquido (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações) contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes (bruto).

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Gap comercial - diferença entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e os recursos totais de balanço de clientes.

Non-performing exposures (“NPE”, de acordo com a definição da EBA) - Crédito vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, mesmo se reconhecido como crédito em incumprimento ou crédito com imparidade. Considera adicionalmente todas as exposições se o crédito vencido a mais de 90 dias representar mais de 20% da exposição total do devedor, mesmo se não estiver classificado como crédito com imparidade. Inclui ainda o crédito no período de quarentena, durante o qual o devedor tenha demonstrado capacidade para cumprir com as condições de reestruturação, mesmo se a reestruturação tenha conduzido à saída das classes de crédito em incumprimento ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros resultados de exploração.

Produtos de capitalização - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Rácio de *cost to core income* - rácio entre custos operacionais e o *core income*.

Rácio de crédito com incumprimento - rácio entre o valor de crédito com incumprimento e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito com incumprimento, líquido - rácio entre o valor de crédito com incumprimento (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de crédito em risco - rácio entre o valor de crédito em risco e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito em risco, líquido - rácio entre o valor de crédito em risco (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de eficiência - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de *non-performing loans* - quociente entre o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado, e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de transformação - rácio entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de depósitos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos totais de balanço de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados (depósitos de clientes).

Recursos totais de clientes - recursos totais de balanço de clientes, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio.

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado *Core* (*Core net income*) - corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2016 e 2017 não foram objeto de auditoria ou revisão.